

APRESENTAÇÃO

A primeira década do século XXI foi fundamental para consolidar novas e recrudescer antigas dinâmicas que envolvem a Amazônia, assim como as novas perspectivas de futuro que se abrem. O texto “A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação” de Luis Eduardo Aragón apresenta a importância desta região para o mundo e a necessidade de se considerar este cenário internacional para pensar as políticas públicas e os modelos de desenvolvimento que serão implementados. Em geral, a visão apresentada pela região é majoritariamente construída considerando a importância ambiental que ela possui para o mundo, a partir de uma visão de natureza que antes necessitava ser controlada, como nos mostra o texto “Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica do século XIX” de Francivaldo Alves Nunes, e depois deveria ser usada para garantir os modelos de desenvolvimento.

O papel atribuído a região nos diferentes momentos históricos produziu um território marcado por tensões territoriais constantes que teve e tem o Estado como um dos principais sujeitos, atuando em defesa de interesses bem definidos e que reproduzem o conflito como característica intrínseca do desenvolvimento, como demonstra o texto “Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade dos processos em curso na BR-163”, de Roseane Brito e Edna Castro.

No espaço agrário, ao menos quatro elementos precisam ser melhor discutidos. O primeiro é referente às dinâmicas produtivas no campo, merecendo se fazer um balanço dos resultados da ação do agronegócio na região, como aponta o texto “*Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rent and politics*”, de Antônio Ioris. Como principal *commodity* agrícola brasileira, o agronegócio da soja também avança sobre o bioma amazônico e, assim como fez na região de cerrado, cria seu próprio território e modelo de desenvolvimento. Pedro Staeve no texto “Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira” faz um balanço dos debates sobre o desenvolvimento na Amazônia a partir do agronegócio sojicultor, apontando alguns dos principais argumentos defendidos por estes sujeitos na atualidade.

Alterações significativas também foram introduzidas a partir da Política Nacional de Uso e Produção de Biodiesel, que incentivou o plantio de Palma Africana e fez com que o cultivo monopolizasse próximo de 200 mil hectares em 2017. O texto

“Dendê para quê? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense” de João Nahum e Cleison Santos entra no debate sobre o papel atual que a produção de óleo de palma tem no espaço agrário amazônico e como ele reedita o discurso de espaço vazio como base para a produção de *commodities* para o mercado globalizado. Este recrudescimento da fronteira agrícola é uma das marcas deste período com o avanço de outras *commodities* agrícolas, como o milho, por exemplo, além de transformações significativas em antigas atividades, como a indústria madeireira e a pecuária.

A forma como estas atividades são implementadas e o papel concentrador de terra e riqueza que elas exercem trazem à tona o segundo elemento marcante do espaço agrário na Amazônia hoje: a violência. José Sobreiro Filho apresenta a entrevista com Ulisses Manaças, do MST e da Via Campesina, destacando que este fenômeno é um elemento constante e cada vez mais atual. A chacina de Pau D’arco, em maio de 2017, por exemplo, é apenas mais um momento em que a acumulação primitiva permanente é escancarada. Esta forma de ação, infelizmente, é mais um dos artifícios que a elite agrária tem a sua disposição, contanto não com a conveniência do Estado, mas com o seu apoio, assumindo o próprio Estado, em determinadas situações, o papel de jagunço profissional e legitimado. Ela se manifesta, também, contra as testemunhas, contra as lideranças e contra todos que se colocam na luta contra a “santa aliança” que tem como objetivo monopolizar a terra e a riqueza, além de explorar ao seu bel prazer a natureza e o trabalho. Esta aliança é protagonizada por grileiros, latifundiários, grandes empresas e uma parcela da elite política que se ligam a partir do complexo do Agronegócio e que, desde 1990 já realizaram 18 chacinas no campo na Amazônia.

O tema dos conflitos socioambientais é tratado no texto “Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara”, de autoria de Déric Gomes, Benedito Cruz, Miqueias Calvi e Cristiano dos Reis. Nele, os autores apresentam como a migração do agronegócio rizicultor de Roraima para a ilha do Marajó, no Pará, tem gerado conflitos socioambientais com as comunidades tradicionais, em especial, com as comunidades quilombolas da região.

O terceiro elemento para analisarmos o espaço agrário é o impacto que a Política Nacional de Reforma Agrária tem na região. Foi neste período que esta política teve seu maior impacto, sobretudo, com o processo de autorização de uso de terras públicas pelas populações ribeirinhas, comunidades quilombolas e povos

tradicionais, reconhecendo áreas de uso coletivo e, é claro, com desapropriações de latifúndios para a reforma agrária. No entanto, é neste período em que também temos o ápice da contradição, quando, em 2017, a política de reforma agrária é suspensa e, como resultado emblemático, na Amazônia, temos mais famílias assassinadas na luta pela terra do que famílias assentadas na reforma Agrária.

O quarto elemento é o crescente impacto ambiental gerado pelo modelo de desenvolvimento hegemônico na região. Por um lado, este impacto é expresso em ações aparentemente desarticuladas, como no aumento do desmatamento no arco do fogo. Por outro, ela está presente nos grandes projetos que buscam explorar em larga escala os recursos da região, como os empreendimentos minero-metalúrgicos que recentemente voltaram a tona com o caso de despejo irregular de dejetos da Hydro em rios de Barcarena, nas ações ligadas à frente de agrocombustíveis e *commodities* agrícolas e ações ligados ao hidronegócio, seja para a produção de energia ou no setor de logística, configurando a nova forma de avanço do capitalismo no campo na região: o agro-hidro-mineronegócio.

Traços importantes sobre esta dinâmica estão presentes no texto “Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem Amazônica mais controversa do Brasil” de Philip Fearnside. Nele, o autor aborda algumas das contradições e embates que marcaram a construção da 3ª maior usina hidroelétrica do mundo. Por sua vez, o texto “Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidroelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes-Amazônia-Brasil)” de Christian Nunes da Silva, Ricardo Lima e Vicka Marinho apresenta um dos impactos gerados pelo barramento dos rios, apontando os impactos das hidrelétricas na desestruturação da atividade pesqueira, fundamental para a reprodução social de diversos povos da Amazônia.

As hidrelétricas são apenas uma das dimensões do chamado hidronegócio, que na região atua também distribuindo água para o agronegócio e construindo os novos corredores logísticos para permitir a fluidez das *commodities* pelo território, como aponta Jondison Rodrigues no texto “O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações”. Estes múltiplos usos têm sido conflituosos e a maneira como o Estado vem atuando na questão não tem permitido um uso dos recursos hídricos baseados nos princípios de atender às necessidades humanas básicas respeitando as

dinâmicas ambientais, como aponta o texto “Água, conflitos e política ambiental na Amazônia legal brasileira” de Shirley Tozi, Abraão Mascarenhas e Ricardo Pólen.

Nas cidades o problema também é grave. A violência urbana que colocou as cidades da Amazônia entre as mais violentas do mundo é apenas uma das facetas de como se estruturam os problemas urbanos na região. Ela, a violência, tem como principais vítimas os negros e os pobres que, na periferia, tem suas vidas ceifadas, alimentando uma estatística assustadora. A este problema somam-se a falta do saneamento, o déficit habitacional, a falta de transporte adequado e, de maneira geral, a ausência do direito à cidade, que é o modo capitalista de produção das cidades nos países subdesenvolvidos. Este modelo encontra-se em tensão permanente com as formas de resistência e com a construção popular das cidades.

Nesta construção popular, entrelaçam-se as formas de resistência material e as simbólicas, construindo a cidade como totalidade, em que a riqueza dos objetos encontram-se mais no *como* se constituíram e no *porque*, e não no valor de troca que fetichiza tudo no maldito mundo da mercadoria e da exploração. A riqueza e a pluralidade como se formam as cidades amazônicas é apresentada no texto “O rural e o urbano na Amazônia metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará” de Jovenildo Rodrigues, José Sobreiro Filho e Adolfo Oliveira Neto.

Em contrapartida, também há um movimento de renovação das ações políticas e o surgimento de novas propostas de futuro para o campo e a cidade protagonizadas pelos povos e movimentos sociais que disputam projetos territoriais. Entre estas múltiplas propostas de resistência, José Antônio Herrera, Fernanda Santos e Maria Cavalcante apresentam no texto “Permanência na Comunidade Cilo Bananal em Vitória do Xingu, Pará: um estudo a partir do lugar” como o sentimento de pertencimento é um articulador da resistência ao mostrar como os sujeitos se articularam para defender o seu território e impedir a sua remoção. O texto “O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e de desenvolvimento regional para a Amazônia Brasileira” de Gerd Kohlhepp analisa uma experiência pensada a partir de dinâmicas globais e que busca proteger a floresta e promover o desenvolvimento endógeno, enquanto Neli Mello-Théry e Hervé Théry analisam no texto “Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado/PA” como comunidades locais se

organizam para promover o desenvolvimento a partir da perspectiva da sustentabilidade em Áreas de Proteção Ambiental.

Por fim, optamos por finalizar esta edição especial com o texto “Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense”. Nele, João Márcio Palheta da Silva e Adolfo Oliveira Neto fazem uma avaliação crítica de como os modelos hegemônicos de desenvolvimento implementados até o momento na Amazônia produziram contradições que tiveram como resultado principal o genocídio e etnocídio contra as populações do campo e sujeitos que se mobilizam em defesa de outros projetos territoriais, a exploração do trabalho em níveis elevadíssimos, a captura de recursos naturais e a degradação ambiental. No entanto, os sujeitos se mobilizam e a única certeza que podemos ter, neste momento, é que os sujeitos resistem. Eles não se entregam e continuarão forjando alternativas ao modelo de destruição que, escondido sob o termo “desenvolvimento” socializa mazelas enquanto concentra terra e riqueza.

É neste embate entre projetos antagônicos que o futuro da Amazônia vem sendo forjado e, por isso, é tão fundamental o dossiê que neste momento a revista NERA torna público, disponibilizando a um número maior de sujeitos um conjunto de estudos recentes sobre estas temáticas, socializando experiências na tentativa de construir alternativas aos modelos hegemônicos de desenvolvimento na Amazônia.

Boa leitura a todos.

José Sobreiro Filho
Adolfo Oliveira Neto